



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato: 3221 6161

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

9/5/2012



Veículo: Notícias do Dia	Data: 9/5/2012
Editoria: Cidade	Página: 7
Assunto: Professores voltam às aulas	

Professores voltam às aulas

Assembleia. Magistério aprova fim da greve, que durou 16 dias, na rede estadual

FLORIANÓPOLIS — A greve na Educação foi suspensa ontem à tarde. Após a decisão, tomada em assembleia geral no CentroSul, na Capital, representantes do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina) procuraram o secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, para pedir a retomada das negociações, travadas desde o começo da greve, em 23 de abril. Agora, o comando grevista tenta evitar o desconto dos dias parados. As aulas serão normalizadas hoje.

Durante três horas, aproximadamente mil grevistas discutiram mudanças de estratégia para reivindicar o reajuste de 22,22%, que foi aplicado ao piso nacional do magistério, para todos os níveis da categoria. O encontro foi tenso e permeado por troca de farpas entre as alas. Alguns integrantes chegaram a pedir eleições para escolher uma nova diretoria para o sindicato, com o argumento de que a greve foi precipitada.

A presidente do Sinte, Alvet Bedin, explicou que os professores permanecem com o estado de greve declarado no fim do movimento de 2011, que durou 62 dias. “Esperamos oito meses pelo governo. O ano letivo começou e eles não cumpriram o combinado”, afirmou.

Apesar de considerar a adesão baixa, Deschamps acredita que os 16 dias sem aula trouxeram prejuízos aos estudantes da rede estadual. “Vamos estudar a situação. Dia 17, vamos passar as orientações para os secretários regionais”, ressaltou. O secretário ainda não decidiu se os grevistas terão os dias descontados. “As faltas foram registradas, mas vamos discutir como será a reposição”, garantiu.

Negociação com governo será retomada hoje

Eduardo Deschamps comemorou o final da greve, mas com ressalvas. Para o secretário, o ideal seria que o movimento fosse encerrado. Apesar disso, o secretário já marcou a primeira reunião com o sindicato para hoje. A pressa se justifica. Caso o imbróglie continue, o governo não poderá colocar em prática o pagamento parcelado do reajuste de 22,22% do piso nacional. A previsão é que a primeira parcela seja paga em agosto.

O projeto precisa ser aprovado pela Assembleia Legislativa.

Mesmo com a volta das negociações, o Sinte já organiza manifestações em várias cidades de Santa Catarina. O sindicalista Luiz Carlos Vieira disse que haverá um conselho dentro de um mês para avaliar o movimento. “Vamos fazer manifestações com tarjas pretas e denunciar as escolas sucateadas, enquanto aguardamos a negociação com governo”, adiantou o professor.



Veículo: Diário Catarinense	Data: 9/5/2012
Editoria: Geral	Página: 22
Assunto: Professores suspendem a greve	

VOLTA À NEGOCIAÇÃO

Professores suspendem a greve

Após 16 dias de uma paralisação que foi parcial no Estado, maioria decidiu ontem, em assembleia, pelo retorno ao trabalho

Professores e governo do Estado voltam a negociar, hoje, após suspensão da greve da categoria, que durou 16 dias. A decisão de voltar às aulas e ficar em estado de greve foi votada ontem, pela maioria dos docentes na assembleia estadual, em Florianópolis.

A suspensão da paralisação foi uma tentativa de fazer o governo apresentar uma nova proposta salarial. Os professores deram prazo de 30 dias para que isso seja feito. Após este prazo, será realizada uma nova assembleia geral.

– Queremos que o governo apresente uma descompactação da tabela salarial e repasse o aumento de 22% sobre o piso (nacional do magistério) a todos os outros professores. O estado de greve é para mostrar que a proposta já apresentada foi rejeitada por unanimidade – declarou a coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, Alvet Bedin.

A greve não teve a adesão esperada pela categoria. A votação pela paralisação, em 17 de abril, não foi unânime, e o reflexo, sentido depois. No início do movimento, o Sinte falou em 30% dos 40 mil professores em greve. Na última segunda-feira, o dado divulgado foi de 15% a 20%. Já

para o governo, a adesão não passou dos 3%, o que representava cerca de 1,1 mil trabalhadores em greve.

Além disso, o governo adotou a postura de não negociar com a categoria paralisada. Por isso, a retomada das aulas, hoje, será sem nenhum avanço nas propostas salariais.

Após a assembleia estadual, os representantes do sindicato entregaram um documento ao secretário de Educação, Eduardo Deschamps. Nele, além do pagamento dos 22% a todos e da descompactação da tabela salarial, eles pediram também um concurso público para a contratação de profes-

sos, a implementação de um terço da carga horária para preparação de aulas e correção de trabalhos (chamada hora-atividade) e a garantia de reposição dos dias parados sem punição ou desconto salarial aos grevistas.

O secretário informou que a questão sobre o desconto dos dias parados será discutida durante as negociações, que começam na manhã de hoje, no prédio da Secretaria de Educação (SED). Os encontros serão conduzidos pela Coordenadoria Executiva de Negociação e Relações do governo, equipe da SEL e representantes do sindicato.

Já a reposição das aulas será debatida dia 17, quando haverá reunião com todos os gerentes de Educação das 36 secretarias de Desenvolvimento Regional. A estimativa da secretaria é que cerca de 17 mil alunos, dos 640 mil, foram prejudicados com a greve. Para o secretário, o ideal seria o encerramento total da greve. Ele não garantiu que em 30 dias já se tenha uma nova proposta para apresentar.



Veículo: Diário Catarinense	Data: 9/5/2012
Editoria: Moacir Pereira	Página: 3
Assunto: Greve: final previsível	

Greve: final previsível

A suspensão da greve dos professores da rede estadual constituiu-se numa decisão prevista lá atrás, antes mesmo que a assembleia tivesse decidido pela paralisação. Era a crônica de uma derrota anunciada.

Numa disputa política, como numa competição esportiva ou num confronto sindical, avaliações de cenário, análise dos poderes dos adversários e outros fatores são fundamentais para o sucesso do projeto.

A greve deste ano tinha apenas dois pontos em comum com a histórica mobilização de 2011: pagamento do piso na carreira e descompactação da tabela salarial. De resto, tudo mudou.

Há três semanas, o cenário era claro como água. A sociedade não era a favor da greve, os professores estavam divididos, o ano eleitoral não recomendava a paralisação, havia racha no comando estadual, a comunicação do governo melhorou e, o mais importante, inexistia clima para greve.

Os professores deveriam ter mantido o “estado de greve”, ampliado a mobilização estadual, procurado informações oficiais sobre o Fundeb, aprofundado dados financeiros sobre os 25% da educação, sensibilizado os pais dos alunos para, aí sim, tentar partir para a paralisação.

O governador Raimundo Colombo manteve uma posição firme, reiterada pelo secretário Eduardo Deschamps durante os 16 dias de greve: só reabriria as negociações com a volta das aulas. O governo estava escaldado com a greve de 2011. Negociou pelo menos três vezes, chegou a selar acordos com o Sinte, vieram as assembleias gerais e os dirigentes sindicais foram desautorizados. As negociações – avaliou o governo – prorrogaram a greve. A tese acabou vitoriosa: a negativa da reabertura das conversações antecipou o fim da paralisação.

A segunda mudança: a blindagem do governador. Desde que a paralisação foi anunciada, Raimundo Colombo evitou falar sobre a decisão. Na greve de 2011, o tema esteve presente em todas as entrevistas nas mais diferentes regiões do Estado. Ajudou até, de certa forma, a oxigenar a oxigená-la, pela ação inédita das redes sociais. Na paralisação de 2012, tudo foi transferido ao secretário da Educação, Eduardo Deschamps, que conduziu as conversas com o Sinte, juntamente com o coordenador de Negociações, Décio Vargas.

No magistério, o cenário também era outro. Como a liderança da presidente Alvet Bedin e o grupo do PT-CUT saíram fortalecidos, as outras correntes ideológicas trabalharam para ocupar os espaços. Esta disputa interna explica a própria decisão da assembleia estadual. As regionais do Sinte no Oeste eram contra a greve. Outras, no Vale do Itajaí e no Planalto Serrano, também. A maioria transferiu a decisão para a assembleia, que teve justamente a presença majoritária dos que queriam a greve. A assembleia esteve longe de falar pela maioria, justamente o oposto de 2011.

Todos estes fatores políticos na base e na cúpula do Sinte estarão influenciando o Congresso Estadual, quando vai haver renovação da diretoria. Na internet, esta disputa ideológica é flagrante, e ficou mais patente agora na greve.

A greve teve conquistas, ressaltou a professora Joaquina de Oliveira, do Conlutas, presença em todas as greves, após a reunião do Sinte com o secretário Eduardo Deschamps. A primeira reunião de negociações acontece hoje, com uma pauta que inclui a questão salarial, as punições, a reposição das aulas e também antigas reivindicações do magistério.

O reinício das negociações reduz, pelo menos, o desânimo que atinge o magistério.



Veículo: A Notícia	Data: 9/5/2012
Editoria: Canal aberto	Página: 17
Assunto: Greve: final previsível	

GREVE: FINAL PREVISÍVEL

A suspensão da greve dos professores da rede estadual foi numa decisão prevista lá atrás, antes mesmo que a assembleia tivesse decidido pela paralisação. Era a crônica de uma derrota anunciada. Numa disputa política, como numa competição esportiva ou num confronto sindical, avaliações de cenário, análise dos poderes dos adversários e outros fatores são fundamentais para o sucesso do projeto. A greve deste ano tinha apenas dois pontos em comum com a mobilização de 2011: pagamento do piso na carreira e descompactação da tabela salarial. De resto, tudo mudou.

Há três semanas, o cenário era claro como água. A sociedade não era a favor da greve, os professores estavam divididos, o ano eleitoral não recomendava a paralisação, havia racha no comando estadual, a comunicação do governo melhorou e, o mais importante, inexistia clima para greve. Os professores deveriam ter mantido o estado de greve, ampliado a mobilização, procurado informações oficiais sobre o Fundeb, aprofundado dados financeiros sobre os 25% da educação, sensibilizado os pais dos alunos para, aí sim, tentar a paralisação.

O governador Raimundo Colombo manteve posição firme,

reiterada pelo secretário Eduardo Deschamps durante os 16 dias de greve: só reabriria as negociações com a volta das aulas. O governo estava escaldado com a greve de 2011. Negociou pelo menos três vezes, chegou a selar acordos com o Sinte, vieram as assembleias e os dirigentes sindicais foram desautorizados. As negociações – avaliou o governo – prorrogaram a greve. A tese acabou vitoriosa: a negativa da reabertura da conversação antecipou o fim da paralisação.

A segunda mudança: a blindagem do governador. Desde que a paralisação foi anunciada, Colombo

evitou falar sobre a decisão. Na greve de 2011, o tema esteve presente em todas as entrevistas nas mais diferentes regiões do Estado. Ajudou até, de certa forma, a oxigená-la, pela ação inédita das redes sociais. Na paralisação de 2012, tudo foi transferido ao secretário da Educação, Eduardo Deschamps, que conduziu as conversas com o Sinte, juntamente com o coordenador de Negociações, Décio Vargas.

A primeira reunião será hoje e a pauta que inclui a questão salarial, as punições, a reposição das aulas e antigas reivindicações do magistério. O reinício das negociações reduz o desânimo que atinge o magistério.



Veículo: A Notícia	Data: 9/5/2012
Editoria: AN estado	Página: 13
Assunto: Greve é suspensa em assembleia	

Educação estadual

Greve é suspensa em assembleia

Professores decidem voltar à sala de aula. Nova rodada de negociação será hoje

Após suspensão da greve da categoria, que durou 16 dias, professores e governo do Estado voltam a negociar hoje. A decisão de voltar às aulas e ficar em estado de greve foi votada, ontem, pela maioria dos docentes presentes à assembleia estadual, em Florianópolis.

A suspensão da paralisação foi uma tentativa de forçar o governo a apresentar uma nova proposta salarial e fortalecer o movimento. Eles deram uma prazo de 30 dias para que isso fosse feito. A ideia é

que daqui a um mês uma nova assembleia geral seja marcada.

“Queremos que o governo apresente uma descompactação da tabela salarial e repasse o aumento de 22% sobre o piso (nacional do magistério) a todos os outros professores. O estado de greve é para mostrar que a proposta já apresentada foi rejeitada por unanimidade”, declarou a coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), Alvet Bedin.

A greve não teve a adesão esperada pela categoria. A votação pela paralisação, em 17 de abril, não foi unânime, e o reflexo, sentido depois. No início do movimento, o Sinte falou em 30% dos 40 mil professores em greve. Na última segunda-feira, o dado divulgado foi de 15% a 20%. Já para o gover-

no, a adesão não passou dos 3%, o que representava cerca de 1,1 mil trabalhadores em greve.

Além disso, o governo adotou a postura de não negociar durante a paralisação. Por isso, a retomada das aulas será sem avanços nas propostas.

Após a assembleia, os representantes do sindicato entregaram um documento ao secretário de Educação, Eduardo Deschamps. Nele, além do pagamento dos 22% a todos e da descompactação da tabela salarial, eles pediram concurso público para contratação, a implementação de um terço da carga horária para preparação de aulas e correção de trabalhos e garantia de reposição dos dias parados sem punição ou desconto. Isso será discutido durante as negociações.